

Múltiplas Modernidades na Era da Globalização

por *Shmuel N. Eisenstadt* *

I.

Os acontecimentos e desenvolvimentos recentes, especialmente os processos em curso de globalização e a queda do regime Soviético, alertaram para o problema da natureza do mundo moderno e contemporâneo. De facto, à medida que nos aproximamos do fim do século XX, irrompem por todo o mundo novas noções ou compreensões da modernidade e da civilização moderna: seja no Ocidente, concretamente na Europa e Estados Unidos, onde foi desenvolvido o primeiro programa cultural da modernidade, seja em sociedades asiáticas, latino-americanas e africanas. Todos estes eventos obrigam a uma ampla reavaliação das noções clássicas sobre a modernidade e a modernização.

Francis Fukuyama e Samuel P. Huntington promoveram as principais interpretações destes eventos na cena contemporânea. Fukuyama anunciou o “fim da história”, a homogeneização do mundo moderno em termos de mundividência liberal e predomínio da economia de mercado, ainda que com variações regionais; trata-se de uma noção muito próxima das primeiras teorias sobre a convergência das sociedades industriais. Huntington defendeu uma visão oposta; embora não negue a crescente convergência tecnológica em muitas partes do mundo, enfatiza que os processos de globalização não conduzem a um mundo relativamente homogéneo, mas antes a um “choque de Civilizações” onde a civilização ocidental é muitas vezes apresentada em termos hostis a outras civilizações – especialmente as muçulmana e confuciana.¹

É desnecessário referir que estes autores apontam para aspectos muito importantes do mundo contemporâneo; no entanto, parece-me que ambos estão errados. Em minha opinião, o que testemunhamos no mundo contemporâneo é o desenvolvimento – certamente nem sempre pacífico e muitas vezes até em confronto – de múltiplas modernidades.

Esta afirmação exige uma avaliação mais ampla das noções clássicas sobre a modernidade e a modernização.

Tal reavaliação deve basear-se em diversas considerações. Em primeiro lugar, no reconhecimento de que a expansão da modernidade deve ser vista como a crista-

* Professor Emérito de Sociologia, Departamento de Sociologia e Antropologia do Instituto Truman de Investigação, Universidade Hebraica de Jerusalém.

** Tradução de Nuno Lobo, Mestrando em Ciência e Teoria Política, na Universidade Católica Portuguesa – Lisboa.

¹ FUKUYAMA, F., *The End of History and the Last Man*, New York, The Free Press, 1992; HUNTINGTON, S.P., *The Clash of Civilizations and the Future of the West*, New York, Simon Schuster, 1996.

lização de um novo tipo de civilização – uma expansão diferente das protagonizadas pelas Grandes Religiões ou pelas grandes expansões dos Impérios do passado. Como a expansão da civilização moderna combinou quase sempre, e continuamente, aspectos económicos, políticos e ideológicos, de forma muito mais intensa do que os casos históricos, foi também muito maior o seu impacto nas sociedades por onde se difundiu.

Efectivamente, esta expansão criou uma tendência – nova e praticamente única na história da humanidade – de desenvolvimento de sistemas e quadros de referência simbólicos e institucionais universais e à escala mundial. A nova civilização, que surgiu primeiro na Europa e depois expandiu-se pelo mundo, criou diferentes sistemas ou enquadramentos internacionais baseados em algumas das suas premissas básicas e radicados numa das suas dimensões institucionais básicas. Surgiram, quase à escala mundial, diversos sistemas económicos, políticos e ideológicos – todos eles multi-centrados e heterogéneos. Cada sistema gerou a sua própria dinâmica, a sua contínua mudança em constante relação com os outros. Tais inter-relações nunca foram “estáticas” ou inalteráveis, e a dinâmica destes quadros de referência internacionais originou mudanças contínuas nestas sociedades.

Como aconteceu aquando da expansão de todas as civilizações históricas, também a civilização da modernidade alterou as premissas simbólicas e institucionais das sociedades que nela se incorporaram, abrindo novas opções e possibilidades. Como resultado, desenvolveu-se, a partir destas respostas e interacções contínuas, uma grande variedade de sociedades modernas ou em modernização, partilhando muitas características comuns, mas evidenciando, também, grandes diferenças entre si.

A primeira modernidade ou modernidade “original”, tal como se desenvolveu no Ocidente, combinou diversas dimensões intimamente interligadas. Primeiro, a dimensão estrutural e organizacional – o desenvolvimento dos vários aspectos específicos da estrutura social moderna, tais como a crescente diferenciação estrutural, urbanização, industrialização, emergência de comunicações, etc., que foram identificados e analisados nos primeiros estudos sobre a modernização após a Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, a dimensão institucional – o desenvolvimento das novas instituições, do Estado-Nação moderno, de colectividades modernas especificamente nacionais, de novas economias – sobretudo economias políticas capitalistas. Por fim, mas não por último, um programa cultural distinto e modos específicos intimamente relacionados de estruturação das grandes áreas da vida social.

As “teorias clássicas” sobre a modernização de meados do século XX, isto é, as análises sociológicas clássicas de Marx, Durkheim, e de certo modo até as de Weber (ou pelo menos uma sua leitura), combinaram numa só, implícita ou explicitamente, estas diferentes dimensões da modernidade; tais abordagens assumiram que estas dimensões, apesar de serem analiticamente distintas, por aparecerem historicamente juntas, tornam-se basicamente inseparáveis. Além disso, a maioria dos clássicos da sociologia, e os estudos dos anos 40 e 50 sobre a modernização, assumiu, mesmo se apenas implicitamente, que as constelações institucionais básicas surgidas na modernidade europeia, e o programa cultural da modernidade desenvolvido no Ocidente, iriam “naturalmente” impor-se em todas as sociedades em modernização. Os estudos da modernização e da convergência das sociedades modernas assumiram, efectivamente, que o projecto da modernidade, a par das suas tendências hegemónicas e hegemónicas, perdurará no Ocidente e que, com a sua expansão, irá prevalecer em todo o mundo. Havia, em todas estas abordagens,

a assunção implícita que os modos de integração institucional decorrentes do desenvolvimento de esferas, relativamente autónomas e institucionalmente diferenciadas, seriam globalmente semelhantes em todas as sociedades modernas.²

A realidade, porém, provou ser radicalmente diferente. Os recentes desenvolvimentos mostraram, em todas ou na maioria das sociedades, que as várias áreas institucionais – económicas, políticas e familiares – exibem dimensões relativamente autónomas, que se combinam de diferentes modos, em diferentes sociedades, e em diferentes períodos do seu desenvolvimento. De facto, os desenvolvimentos na era contemporânea não sustentaram a assunção de “convergência” e enfatizaram a grande diversidade das sociedades modernas, mesmo sociedades similares em termos de desenvolvimento económico, como as maiores sociedades capitalistas industriais – da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. A velha questão de Sombart: ‘Porque não há socialismo nos Estados Unidos?’, formulada nas primeiras décadas deste século, atesta em primeiro lugar, mesmo se apenas implicitamente, o reconhecimento deste facto. Esta maior variabilidade desenvolveu-se mesmo no Ocidente – dentro da própria Europa, e acima de tudo entre a Europa e as Américas, entre os Estados Unidos e a América Latina, e ainda entre as Américas Latinas.³

O mesmo é ainda mais verdadeiro com respeito à relação entre as dimensões culturais e estruturais da modernidade. Uma assunção muito forte, mesmo se implícita, que se tornou altamente questionável nos estudos sobre a modernização era a de que as premissas culturais básicas da modernidade ocidental estariam, inerente e necessariamente, entrelaçadas com as premissas estruturais. Se as diferentes dimensões do projecto ocidental original constituíram, de facto, o começo crucial e os pontos de referência habituais para os processos desenvolvidos entre diversas sociedades pelo mundo fora, a verdade é que os desenvolvimentos nestas sociedades foram muito para além das dimensões homogeneizantes e hegemónicas do programa cultural original da modernidade.

Efectivamente, a modernidade expandiu-se por quase todo o mundo. Contudo, não originou uma única civilização ou um único padrão institucional, mas antes o desenvolvimento de várias civilizações modernas ou, pelo menos, de vários padrões civilizacionais – i.e., de civilizações que partilham características comuns, mas que no entanto tendem a desenvolver dinâmicas institucionais e ideológicas diferentes, mesmo se colaterais. Além disso, também houve alterações nas sociedades ocidentais que ultrapassam as premissas originais da modernidade.

II.

A civilização da modernidade, tal como se desenvolveu primeiro no Ocidente, foi desde o seu início ameaçada por antinomias e contradições internas, dando origem a um permanente discurso crítico focado nas relações, tensões e contradições, entre as suas premissas e entre estas premissas e o desenvolvimento institucional das sociedades

² KAMENKA, E., ed., *The Portable Karl Marx*, New York, Viking Press, 1983; WEBER, M., *Die Protestantische Ethik: Kritiken und Antikritiken*, Guetersloh Germany, Guetersloher Verlagshaus, 1978; idem., *Politik als Beruf*, Berlin, Dunker and Humblot, 1968; idem., *On Charisma and Institution Building: Selected Papers*, Chicago, University of Chicago Press, 1968; *Emile Durkheim On Morality and Society: Selected Writings*, Chicago, The University of Chicago Press, 1973.

³ SOMBART, W., *Why Is There No Socialism in the United States?*, New York, ME Sharpe, 1976 (1st ed. 1906).

modernas. A importância destas tensões foi plenamente percebida pela literatura da sociologia clássica – Tocqueville, Marx, Weber, Durkheim – e foi mais tarde retomada nos anos 30, acima de tudo pela Escola de Francoforte (na então denominada sociologia “crítica”) que, no entanto, se centrou essencialmente nos problemas do fascismo; porém, foi negligenciada nos estudos pós-Segunda Guerra Mundial sobre a modernização. O estudo destas tensões foi ultimamente retomado, constituindo agora um componente permanente das análises sobre a modernidade.

As tensões e antinomias desenvolvidas no âmbito das premissas básicas deste programa decorreram, primeiro, entre concepções totalizantes e concepções mais diversificadas ou pluralistas sobre os componentes principais deste programa – a própria concepção da razão e do seu lugar na vida humana e social, a construção da natureza, a sociedade humana e sua história; segundo, entre reflexibilidade e construção activa da natureza e da sociedade; terceiro, aquelas entre diferentes avaliações sobre as principais dimensões da experiência humana; e, quarto, entre controlo e autonomia.

No debate político, estas tensões uniram-se com outras tensões, nomeadamente entre uma aproximação construtivista (que encara a política como o processo de reconstrução da sociedade) e a política especificamente democrática – a auto-construção activa da sociedade em oposição à noção que aceita a sociedade na sua composição concreta; entre liberdade e igualdade; entre a autonomia da sociedade civil e a carismatização do poder do Estado; entre os componentes civis e os componentes utópicos do programa cultural e político da modernidade; entre a liberdade e a emancipação em nome de uma visão social, normalmente utópica; e acima de tudo, entre a orientação jacobina e orientações ou aproximações mais pluralistas da ordem social e política; e ainda, a tensão intimamente relacionada, para usar a formulação de Ackerman, entre política “normal” e política “revolucionária”.

Estas várias tensões no programa político da modernidade estavam intimamente relacionadas com as que existem entre os diferentes modos de legitimação dos regimes modernos, especialmente, mas não só, de políticas constitucionais e democráticas – nomeadamente, entre a legitimação processual em termos de adesão civil às regras do jogo, e os diferentes termos “substantivos”; e por outro lado, uma tendência muito forte para promulgar outros componentes ou bases de legitimação – acima de tudo, para usar a terminologia de Edward Shils, vários componentes ideológicos primordiais “sagrados” – religiosos ou seculares.⁴

Foi em torno destas tensões que se desenvolveu o discurso crítico da modernidade. A crítica “externa”, mais radical, negou a possibilidade de se fundar qualquer ordem social e moral a partir das premissas básicas do programa cultural da modernidade, especialmente no que respeita à autonomia dos indivíduos e supremacia da razão; negou que estas premissas pudessem ser vistas como fundadas em qualquer visão transcendental; negou também as reivindicações intimamente relacionadas de que estas premissas e o desenvolvimento institucional da modernidade pudessem ser vistos como o epítome da criatividade humana. Estas apreciações desfavoráveis reivindicaram que as premissas e desenvolvimentos institucionais negavam a criatividade humana e davam origem à uni-

⁴ SHILS, E., "Primordial, Personal, Sacred and Civil Ties," in idem., ed., *Center and Periphery: Essays in Macrosociology*, Chicago, University of Chicago Press, 1975, pp. 111-126.

formização das suas experiências; levavam à erosão da ordem moral, das bases morais – e transcendentais – da sociedade, e à alienação do homem face à natureza e à sociedade. A crítica mais “interna” deste programa, que podia amiúde sobrepor-se ou interligar-se à “externa”, avaliou o desenvolvimento institucional das sociedades modernas a partir do ponto de vista das promessas dos programas culturais e políticos da modernidade, assim como do ponto de vista das antinomias e contradições básicas inerentes neste programa. Aqui, foi de especial importância o confronto multifacetado, contínuo e continuamente alterado, das reivindicações do programa, para elevar a liberdade e autonomia a uma forte tendência para controlar e para a desigualdade e deslocação contínua de vários sectores que se desenvolveram com a cristalização das formações institucionais modernas.

III.

Todas estas antinomias e tensões desenvolveram-se desde o início da institucionalização dos regimes modernos na Europa. As antinomias e contradições tiveram também implicações institucionais mais abrangentes – de que os clássicos da sociologia estavam plenamente conscientes, mas que esqueceram ou negligenciaram nos estudos da modernização – e ficaram intimamente interligadas com diferentes padrões de constelações institucionais e dinâmicas que se desenvolveram em diferentes sociedades modernas. Com a expansão das civilizações modernas para além do Ocidente, em alguns casos para além da Europa em direcção às Américas, e com a dinâmica dos quadros de referência em desenvolvimento ou contínuo estabelecimento, vários novos elementos cruciais tornaram-se centrais na constituição das sociedades modernas.

De especial importância, neste contexto, é o facto de os lugares ocupados pelas sociedades não-ocidentais nos respectivos sistemas internacionais (económicos, políticos, ideológicos) ter diferido muito dos lugares ocupados pelo Ocidente. Não se tratou apenas do facto de a “origem” desta nova civilização ter sucedido nas sociedades ocidentais. Para além disto, e acima de tudo, estava o facto de que a expansão destes sistemas – especialmente na medida em que se processou através da colonização e expansão imperial – permitiu às instituições ocidentais ocupar um lugar hegemónico. Porém, estes sistemas internacionais possuíam, por natureza, a possibilidade de gerar uma dinâmica que deu origem aos desafios políticos e ideológicos das hegemonias existentes, como também às mudanças contínuas nos *loci* de hegemonia: no interior da Europa; da Europa para os Estados Unidos, e ainda para o Japão e para a Ásia Oriental.

Mas neste processo não foi apenas importante a expansão económica, político-militar e ideológica, da civilização da modernidade ocidental pelo mundo. De não menor – e possivelmente até de maior – importância, foi o facto de esta expansão ter originado confrontos contínuos entre as premissas culturais e institucionais da modernidade ocidental e as de outras civilizações Axiais e não-Axiais (a mais importante das quais é, claro, o Japão). É verdade que muitas destas premissas e símbolos básicos da modernidade ocidental, tal como as suas instituições representativas, legais e administrativas, foram aparentemente aceites por estas civilizações; no entanto, ocorreram simultaneamente transformações e surgiram novos desafios e problemas de maior alcance.

A atracção por estes temas – e a aceitação de algumas destas instituições por muitos grupos destas civilizações – assentou no facto de a sua apropriação permitir a muitos grupos de nações não-europeias (especialmente às elites e aos intelectuais) participar de

forma activa na nova tradição moderna (i.e., inicialmente ocidental) e universal, a par da possibilidade de rejeitar selectivamente muitos dos seus aspectos, nomeadamente, o 'controlo' e a hegemonia ocidental. A apropriação destes temas, permitiu a estas elites, e aos estratos mais alargados de muitas sociedades não-europeias, incorporar alguns dos elementos universalistas da modernidade na construção das suas novas identidades colectivas; isto sem abdicarem necessariamente, quer de componentes específicos das suas identidades tradicionais (várias vezes também expressos em termos universalistas – especialmente os elementos religiosos que diferiam dos predominantes no Ocidente), quer até da sua atitude negativa em relação ao Ocidente.

A atracção de muitos sectores dos países da Europa de Leste por estes temas do discurso político foi também intensificada pelo facto de a sua apropriação nestes países implicar a transposição para a cena internacional do conflito entre hierarquia e igualdade. Embora inicialmente expresso em termos europeus, pode-se encontrar ressonâncias deste conflito nas tradições políticas de muitas destas sociedades. A transposição destes temas, da Europa Ocidental para a Europa Central e Oriental, e para lugares não-europeus, foi reforçada pela combinação, em muitos dos programas promulgados por estes grupos, de orientações de protesto mediante a criação de instituições e a formação de centros.

Esta transposição não foi somente estimulada pelos grupos hierarquicamente superiores, e pela hegemonia actual dos países ocidentais neste novos lugares internacionais, mas também pelo facto de as civilizações não-ocidentais corresponderem a posições inferiores, mediante a avaliação social promulgada a partir das premissas – supostamente universalistas – das novas civilizações modernas.

Desta forma, vários grupos e elites da Europa Central e Oriental, e de sociedades asiáticas e africanas, ficaram habilitadas a referir-se tanto à tradição de protesto, como à tradição de criação de centros nestas sociedades, e a lidar com problemas de reconstrução dos seus próprios centros e tradições, em termos de um novo posicionamento. Segundo esta perspectiva, o aspecto mais importante da expansão destes temas para além da Europa Ocidental, e da sua apropriação por diferentes grupos nas sociedades não-ocidentais, assentou no facto de ter tornado possível a revolta contra as realidades institucionais da nova civilização moderna, no que respeita aos termos dos seus próprios símbolos e premissas.

IV.

A apropriação dos diferentes temas e dos diferentes padrões institucionais da civilização moderna ocidental original, por sociedades europeias não-ocidentais, não implica a sua aceitação na respectiva forma original. Implica, antes, a selecção, reinterpretação, e reformulação permanentes destes temas, originando uma contínua cristalização de novos programas culturais e políticos da modernidade, e o desenvolvimento e reconstrução de novos padrões institucionais. Os programas culturais que têm sido desenvolvidos nestas sociedades implicam diferentes interpretações e reformulações abrangentes do programa cultural da modernidade inicial, e das suas concepções e premissas básicas; implicam diferentes ênfases em diferentes componentes deste programa, nas suas diferentes tensões e antinomias, e a concomitante cristalização de padrões institucionais distintos. Implicam a construção contínua de símbolos de identidades colectivas; das suas concepções acerca deles próprios e dos seus elementos; e da sua atitude negativa ou positiva para com a modernidade em geral, e para com o Ocidente em particular.

Estas diferenças entre os distintos programas culturais da modernidade não são puramente “culturais” ou académicas. Estão intimamente relacionadas com alguns problemas básicos inerentes nos programas políticos e institucionais da modernidade. Assim, no domínio político, relacionaram-se com a tensão entre os componentes utópicos e civis na construção da política moderna; entre política “revolucionária” e “normal”, ou entre a vontade geral e a vontade de todos; entre sociedade civil e o Estado, entre o indivíduo e a colectividade. Estes diferentes programas culturais da modernidade implicaram, também, diferentes concepções de autoridade e de responsabilidade, modos diferentes de protesto e de actividade política, de questionamento das premissas básicas da ordem moderna e dos diferentes modos de criação de instituições.

Em íntima relação com a cristalização de diferentes programas culturais da modernidade, teve lugar, em diferentes sociedades modernas, um processo contínuo de cristalização de diferentes padrões institucionais e de diferentes modos de discurso crítico, focado nas inter-relações e tensões entre diferentes áreas institucionais; e entre elas e as diferentes premissas dos programas culturais e políticos da modernidade, e suas contínuas reinterpretações.

As considerações precedentes sobre os múltiplos programas da modernidade não negam, claro, o facto óbvio de que em muitos aspectos centrais da sua estrutura institucional – estrutura ocupacional e industrial, estruturas educativas e urbanas, estruturas políticas – terem-se desenvolvido convergências muito fortes em diferentes sociedades modernas.

Mas não foi apenas em sociedades da Ásia ou da América Latina que ocorreram desenvolvimentos situados para além do modelo inicial da sociedade ocidental. Ao mesmo tempo, nas próprias sociedades ocidentais, desenvolveram-se novos discursos que transformaram muito o modelo inicial da modernidade, e que minaram a visão original da sociedade moderna e industrial segundo a sua visão hegemónica e homogeneizante. Surgiu uma tendência crescente para distinguir *Zweckrationalität* e *Wertrationalität*, e para reconhecer uma grande multiplicidade de diferentes *Wertrationalitäten*. A racionalidade cognitiva – especialmente conforme epitomizada nas formas extremas de cientismo – foi destronada da sua posição hegemónica, o mesmo acontecendo com a ideia da “conquista” ou dominação do ambiente – seja da sociedade ou da natureza.

V.

Estes diferentes programas culturais e padrões institucionais da modernidade não foram formados (como por vezes se afirma em alguns dos primeiros estudos da modernização) a partir de potencialidades evolutivas, e naturais, destas sociedades; ou (como afirmado pelas primeiras críticas) pelo suporte natural das suas respectivas tradições, nem pelo seu posicionamento nos novos lugares internacionais. Foram formados pela contínua interacção entre diversos factores. Genericamente, foram formados pela experiência histórica destas sociedades em civilização e pelo modo como neles se verificou a influência da modernidade, da incorporação da política económica moderna, e dos enquadramentos ideológicos internacionais.

Mais pormenorizadamente, estes programas foram formados por variadíssimos factores em contínua mudança. Primeiro, foram formados por premissas básicas de ordem cósmica e social: as “cosmologias” básicas que eram prevalecentes nestas sociedades nas suas formulações ‘ortodoxas’ e ‘heterodoxas’, tal como cristalizaram nestas sociedades

ao longo da sua história. Segundo, pelo padrão das formações institucionais que foi desenvolvido nestas civilizações através da sua experiência histórica, especialmente no seu encontro com outras sociedades e civilizações.

Em terceiro lugar, pelo encontro e interacção contínua entre estes processos e o novo programa cultural e político da modernidade: pelas premissas e modos do discurso social e político prevalecentes nas diferentes sociedades e civilizações, à medida que eram incorporadas nos novos sistemas internacionais, e pela contínua interacção destas sociedades com estes processos. Neste encontro, assumiram especial importância as antinomias internas e tensões ou contradições na cultura fundamental e, acima de tudo, no programa político da modernidade, tal como se desenvolveu inicialmente no Ocidente – e mesmo aqui, numa grande variedade de modos à medida que se transformava com a sua expansão – e com as mudanças internas nestas sociedades.

Em quarto lugar, pela dinâmica e tensões e contradições internas desenvolvidas conjuntamente com as mudanças estruturais-demográficas, económicas, e políticas, decorrentes na institucionalização de quadros de referência institucionais modernos; com a expansão da modernidade, e entre estes processos e as premissas básicas das premissas culturais e políticas da modernidade.

Foi a interacção contínua entre estes factores que gerou mudanças permanentes nos programas culturais que se desenvolveram e as suas constantes reinterpretações, tal como os principais componentes das suas formações institucionais; nomeadamente, a constituição dos limites das respectivas colectividades e os componentes de consciência e identidade colectiva – aquilo que foi designado de nacionalismo ou etnicismo; e ainda, as diferentes configurações de sociedade civil e esferas públicas; por fim, mas não por último, modos diferentes das novas economias políticas modernas.

Os protagonistas nestes processos de reinterpretação e de formação de novos padrões institucionais, que ocorreram continuamente em todas estas sociedades, foram vários activistas políticos e intelectuais, e sobretudo os relacionados com os movimentos sociais. Estes activistas, intelectuais, e líderes de movimentos surgidos em todas estas sociedades, promulgaram e reinterpretaram os principais símbolos e componentes dos programas culturais da modernidade, e referiram, eles mesmos, antinomias e contradições nestes programas, entre eles e as realidades institucionais.

Em todas as sociedades modernas, os movimentos surgiram a par dos problemas que se desenvolveram no curso da institucionalização e desenvolvimento dos regimes políticos modernos e sua democratização, das colectividades modernas, da expansão do capitalismo e de novas formações e classes económicas; especialmente, a par das contradições desenvolvidas entre, por um lado, as premissas do programa político e cultural da modernidade e, por outro, estes desenvolvimentos institucionais, numa luta contínua de sectores sociais alargados para acederem ao centro. São, acima de tudo, estes movimentos a promulgar as antinomias e tensões inerentes nos programas culturais e políticos da modernidade e a tentar entrelaçá-los com a reconstrução de centros, colectividades e formações institucionais.

Quaisquer que sejam os pormenores concretos destas agendas, elas ilustram a permanente tensão na contradição entre, por um lado, elementos fechados, totalísticos, potencialmente totalitários – baseados em mundividências colectivas, nacionais, religiosas e/ou jacobinas e, por outro lado, o compromisso com algumas premissas pluralistas. Nenhum dos regimes constitucionais pluralistas modernos tem sido capaz de

anular completamente (ou sequer pode anular) quer os elementos jacobinos, especialmente na dimensão utópica e na orientação para alguns componentes primordiais de identidade colectiva, quer as reivindicações da centralidade da religião na construção de identidades colectivas, ou na legitimação da ordem política. A ubiquidade deste desafio ilustra, também, a possibilidade da existência de crises e rupturas como elementos inerentes à própria natureza da modernidade.

VI.

Em todas as sociedades modernas, desenvolveram-se continuamente novos questionamentos e reinterpretações de diferentes dimensões da modernidade – e em todas elas têm sido desenvolvidas continuamente diferentes agendas culturais.

Todos estes desenvolvimentos atestam a crescente diversificação das visões e compreensões da modernidade, das agendas culturais fundamentais das elites das diferentes sociedades – muito para além da visão da modernidade homogénea e hegemónica que prevalecera nos anos 50. Enquanto o ponto de partida comum de muitos destes desenvolvimentos foi, efectivamente, o programa cultural da modernidade desenvolvido no Ocidente, os desenvolvimentos mais recentes originaram uma multiplicidade de formações culturais sociais que ultrapassam em muito os aspectos homogeneizantes e hegemonzantes daquela versão original.

Deste modo, muitos, se não mesmo todos, os componentes da visão cultural inicial da modernidade foram desafiados nas últimas décadas. Estes desafios reclamam, basicamente, que a era moderna findou, dando lugar à era pós-moderna, e foram, por sua vez, contra-desafiados por aqueles, como Jürgen Habermas, que pretende que os vários desenvolvimentos pós-modernos constituem ou uma repetição, segundo uma nova forma de crítica da modernidade que existiu desde o início, ou uma outra manifestação do desenrolar permanente da modernidade. De facto, pode argumentar-se que a tendência ou potencial para tais reinterpretações radicais constitui o componente inerente à civilização ou civilizações da modernidade.⁵

Isto ainda é verdadeiro (ainda que de uma forma paradoxal) nos movimentos anti-modernos mais extremistas, desenvolvidos no período contemporâneo; nomeadamente nos movimentos político-religiosos, especialmente os fundamentalistas, mesmo quando afirmam ideias anti-modernas e especificamente anti-iluministas, e têm a tradição como núcleo essencial da sua ideologia. A estrutura básica ou a fenomenologia da sua visão ou acção é, em muitos aspectos cruciais e aparentemente paradoxais, moderna: foi o caso dos movimentos totalitários dos anos 20 e 30, que veicularam as sementes de um jacobinismo revolucionário muito intenso e virulento, sectário e utópico, e que podem, em condições apropriadas, voltar a impor-se.

Seja qual for o veredicto final sobre estes desenvolvimentos, não há dúvida de que todos eles herdaram o suporte das civilizações da modernidade, mesmo quando muitos destes movimentos e correntes, efectuam uma transformação radical de algumas das premissas iniciais da modernidade ocidental e, acima de tudo, dos modos de estruturação de actividades sociais e áreas institucionais que caracterizaram a primeira sociedade burguesa moderna (e paradoxalmente, também a sociedade Comunista posterior).

⁵ HABERMAS, J., *The Philosophical Discourse of Modernity*, Cambridge, MIT Press, 1987.

VII.

A manifestação ou expansão da modernidade, ocorrida efectivamente na maior parte do mundo, não originou apenas uma civilização, um único padrão de resposta ideológica e institucional, mas algumas variantes básicas – e reacções correspondentes. Para compreender estes diferentes padrões, é necessário ter em conta o padrão das experiências históricas destas civilizações.

A importância da experiência histórica das várias civilizações na formação dos contornos concretos das sociedades modernas, desenvolvidos nos espaços históricos destas civilizações, não significa, como S.P. Huntington parece indicar no seu influente *The Clash of Civilizations*, que estes processos originem, no cenário contemporâneo, várias civilizações fechadas que constituem basicamente uma continuação da civilização histórica. Não se trata apenas, como Huntington correctamente indica, que a modernização não implique automaticamente a ocidentalização.⁶ O que é de crucial importância é que, na cena contemporânea, está a ocorrer a cristalização de civilizações modernas em contínua interacção, onde até as tendências particularistas inclusas são construídas segundo uma forma tipicamente moderna, que tentam apropriar a modernidade nos seus próprios termos, e articular continuamente, em diferentes modos concretos e em diferentes lugares históricos, as antinomias e contradições da modernidade. Mas não se trata somente do desenvolvimento contínuo de múltiplas civilizações modernas – mas de estas civilizações, que partilharam muitos componentes comuns, e que continuamente constituíram pontos de referência mútuos, terem desenvolvido, suportado, e originado novas problematizações e reinterpretções das premissas básicas da modernidade. Em todas as sociedades, foram continuamente desenvolvidos novos questionamentos e reinterpretções de diferentes dimensões da modernidade – e em todas elas, têm sido desenvolvidas diferentes agendas culturais. Tudo isto concorre para a crescente diversificação das visões e compreensões da modernidade, das agendas culturais básicas de diferentes sectores de sociedades modernas – muito para além da visão homogénea e hegemónica da modernidade prevalecente nos anos 50. Os movimentos fundamentalistas – e os novos movimentos nacional-populares – constituem um destes novos eventos no desenvolvimento das potencialidades e antinomias da modernidade.

Este desenvolvimento pode mesmo dar origem a posições muito conflituosas – especialmente contra o Ocidente. Estas posições promulgadas em idiomas modernos, em contínua mudança, podem implicar uma transformação contínua destas indicações e dos programas culturais da modernidade.

A diversidade tem efectivamente enfraquecido as antigas hegemonias; mas ao mesmo tempo esteve intimamente ligada, talvez paradoxalmente – dado o desenvolvimento de novos pontos de referência múltiplos e redes de informação – com a globalização de redes culturais e vias de comunicação muito para além do que existia antes.

Ao mesmo tempo, os vários componentes da vida e cultura modernas foram desviados da sua direcção primitiva e reconstruídos segundo formas situadas para além de

⁶ HUNTINGTON, S.P., *The Clash of Civilizations*, op. cit.

quaisquer limites institucionais restritos, especialmente os do Estado-Nação – dando origem a múltiplos e diversificados padrões de globalização, estudados por acadêmicos como Arjun Appendurai, Ulf Hannerz, e Roland Robertson.⁷

É esta combinação entre, por um lado, a crescente diversidade na reinterpretação contínua da modernidade e, por outro lado, o desenvolvimento de correntes globais múltiplas e pontos de referência mútuos, que caracterizam o cenário contemporâneo.⁸

⁷ APPENDURAI, A., *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996; HANNERZ, U., *Transnational Connections. Culture, People, Places*, London, Routledge, 1996; ROBERTSON, R., *Globalization: Social Theory and Global Culture*, London, Sage, 1992.

⁸ Para um estudo mais detalhado sobre o tema: EISENSTADT, S.N., *Modernization: Protest and Change*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1966; idem., *Tradition, Change and Modernity*, New York, John Wiley and Sons, 1973; idem., "Convergence and Divergence in Modern and Modernizing Societies," in *International Journal of Middle East Studies*, vol. 8, no. 1, 1977; idem., *Fundamentalism, Revolutions and Modernity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998; GOLDTHORPE, J.H., "Theories of Industrial Society. Reflections on the Recrudescence on Historicism and the Future of Futurology," in *Archives Européennes de Sociologie*, vol. 12, No. 2, 1971.